



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026
PROCESSO Nº:	P204471/2025
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE UNIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODO O MATERIAL NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

O (A) titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos nº **15.595**, de 22 de março de 2023, nº **15.604**, de 28 de março de 2023 e nº **13.735**, de 18 de janeiro de 2016 na **Lei Federal nº 14.133**, de 01 de abril de 2021 e na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 e na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO.
- **DO TIPO DO OBJETO:** SERVIÇOS COMUNS.
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO.
- **DO REGIME DE EXECUÇÃO:** POR DEMANDA.
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

***DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sítios compras.fortaleza.ce.gov.br e www.compras.gov.br.
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.
3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do sítio: spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

***DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 28/04/2026.
5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 14/05/2026, às 10 horas.
6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 14/05/2026, às 10 horas.
7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.
8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

SUMÁRIO:

1.	DO OBJETO.....
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....
8.	DOS RECURSOS.....
9.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....
11.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026

(Processo Administrativo nº P204471/2025)

1. OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é **A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE UNIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODO O MATERIAL NECESSÁRIO AOCUMPRIMENTO DO CONTRATO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

1.2 A licitação será dividida em **GRUPO E ITEM**, conforme tabela constante no Anexo I - Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quais forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticada diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. O presente certame encontra-se dividido da seguinte forma:

2.5.1. O GRUPO 01 (composto pelos ITENS 01 e 02) e ITEM 03 estão para AMPLA CONCORRÊNCIA, onde poderão participar quaisquer interessados.

2.5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5.3. Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 (atualizado).

2.5.4. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRASGOV o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

2.5.5. O presente certame não destinará cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, com espeque no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, devido à particularidade do objeto licitado, conforme justificativa constante no **ANEXO VI** deste Edital.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, **conforme justificativa no ANEXO V**;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o **item 2.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.6.2 e 2.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos **itens 2.6.2 e 2.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o **item 2.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pelo licitante vencedor.

3.1.1. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.2. A licitante cadastrada no Sistema COMPRAGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.3. A fase de habilitação está prevista no item 7 deste Edital.

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

propostas e lances e de julgamento.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14(catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração qualquer que seja, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 15.604/2023, e neste Edital.

3.8. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VIII** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.12.1. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. VALOR UNITÁRIO (R\$) e **“VALOR TOTAL (R\$)”**, os preços referentes a cada grupo/item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital.

4.1.2. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

4.1.3. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais, inclusive



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

em propostas de adequação, quando for o caso.

4.2. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado na **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**, que terá **caráter sigiloso, conforme justificativa constante nos autos do processo em epígrafe**, até o final da licitação e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Entretanto, na disputa de lances, o lance final, deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante da **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do ITEM.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no **item 5.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21.2.5. Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá com sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza
(https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou catálogo, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Não será admitido a participação de consórcio de empresas conforme **ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO.**



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 63, §1º, Lei nº 14.133/2021).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. A verificação no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos do mencionado ato, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada a fase recursal, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra, caso exigida no Termo de Referência em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

10.1.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.2.8. Fraudar a licitação

10.1.2.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.2.10. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.2.11. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.2.12. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.2.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.2.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantido o devido processo legal, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial com a previsão do prazo de 15 (quinze) dias, contido no art. 13, §8º, do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

10.2.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.2.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.2.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 15 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.2.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 16 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

10.2.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2023, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

10.2.11. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

10.2.11.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

10.2.11.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas**, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

11.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão observar **EXCLUSIVAMENTE** o procedimento do subitem 11.2, não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

11.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

11.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

11.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.8. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Será divulgado Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

12.11. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

12.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico 'compras.fortaleza.ce.gov.br' e 'www.compras.gov.br'.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

12.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.13.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**
- 12.13.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**
- 12.13.3. ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 12.13.4. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**
- 12.13.5. ANEXO IV - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**
- 12.13.6. ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICABILIDADE DA COTA RESERVADA PARA ME e EPP**
- 12.13.7. ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**
- 12.13.8. ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**
- 12.13.9. ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE VISITA / VISTORIA TÉCNICAS**
- 12.13.10. ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA / VISTORIA**
- 12.13.11. ANEXO X – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATSERV UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

(documento assinado digitalmente)

Riane Maria Barbosa De Azevedo

Secretária Municipal da Saúde de Fortaleza

DECLARO que após a revisão dos termos do presente Edital constatei que o mesmo está em conformidade com as disposições legais.

(documento assinado digitalmente)

Luciana Matos Alves

Coordenador Jurídico/SMS

OAB/CE nº 25.656



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO:

1. UNIDADE REQUISITANTE
2. DO OBJETO
3. DA JUSTIFICATIVA
4. ÓRGÃO AUTORIZADOR
5. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
8. EXECUÇÃO DO SERVIÇO
9. GARANTIA CONTRATUAL
10. DOS PRAZOS E LOCAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
14. DO PAGAMENTO
15. DA FISCALIZAÇÃO
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
17. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
18. DO ÍNDICE DE REAJUSTE
19. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
20. DO ACESSO À INFORMAÇÃO



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. **UNIDADE REQUISITANTE:** Secretaria Municipal da Saúde.
2. **DO OBJETO:** CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE UNIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODO O MATERIAL NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

2.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento por **DEMANDA**.

3. **DA JUSTIFICATIVA:**

Os serviços a serem contratados visam executar um conjunto de atividades para garantir a plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável das Estações de Tratamento de Esgoto, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, bem como a recuperação deste estado, e ainda preservar o patrimônio das unidades de saúde.

Existe necessidade que haja um responsável ou empresa responsável permanente pela operação e manutenção das E.T.E.'s elencadas. Em decorrência das necessidades de saneamento básico efetivo das áreas não abrangidas por sistema de rede coletora e tratamento de esgotos da concessionária local, de proteção do meio ambiente e do manancial hídrico, torna-se necessário oferecer opções coerentes com aquelas necessidades. O efluente sanitário quando lançado sem tratamento em rios, lagos e córregos é capaz de causar a poluição dos cursos d'água e, sem o devido controle, pode gerar prejuízos ao meio ambiente e à saúde pública através da transmissão de doenças de veiculação hídrica.

Portanto, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a realização da manutenção preventiva e corretiva da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da unidade hospitalar, garantindo o correto funcionamento do sistema de esgoto e a preservação da segurança sanitária da unidade e do seu entorno.

Os serviços descritos neste Termo de Referência visam executar um conjunto de atividades para garantir a plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável das Estações de Tratamento de Esgoto, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, bem como a recuperação deste estado, e ainda preservar o patrimônio das unidades de saúde.

Necessidade que haja um responsável ou empresa responsável permanente pela operação e manutenção das E.T.E.'s elencadas.

Em decorrência das necessidades de saneamento básico efetivo das áreas não abrangidas por sistema de rede coletora e tratamento de esgotos da concessionária local, de proteção



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

do meio ambiente e do manancial hídrico, torna-se necessário oferecer opções coerentes com aquelas necessidades.

O efluente sanitário quando lançado sem tratamento em rios, lagos e córregos é capaz de causar a poluição dos cursos d'água e, sem o devido controle, pode gerar prejuízos ao meio ambiente e à saúde pública através da transmissão de doenças de veiculação hídrica.

Considerando as razões supracitadas bem como as indicações da ABNT e determinações estabelecidas pela SEUMA, SEMACE e pelo CONAMA, faz-se necessária a contratação dos serviços objeto deste Termo com o objetivo de reduzir a poluição das águas, mitigar os impactos causados ao meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população.

Ressalta-se também que a execução das atividades operação e manutenção - preventiva e corretiva de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, é medida que se impõe, não restando outra solução, senão, a contratação de empresa especializada.

4. ÓRGÃO AUTORIZADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS.

5. DO ÓRGÃO PARTICIPANTE(S):

5.1. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza - SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro- Fortaleza – Ceará.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza - SMS, consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
25916	10.302.0123.2621.0008	339039	0.160000000000
25915	10.302.0123.2621.0007	339039	0.160000000000

EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744**7. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

GRUPO 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	3606517	19160	Descrição: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA MESSEJANA - HDGMM.	SERVIÇO	1
2	3606514	19160	Descrição: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMADE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA HOSPITAL DISTRITAL EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA - HDEBO	SERVIÇO	1
ITEM 3 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
3	3597101	19160	Descrição: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.	SERVIÇO	1

GRUPO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1		SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMADE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA UNIDADES HOSPITALARES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
1	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instalado no Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana - Av. Washington Soares, 7700 - Messejana.	1
2	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia, instalado no Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira - Av. Jornalista Tomaz Coelho, 1578 – Messejana	1

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
3		SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
3	Estação de Tratamento de Esgoto Compacta, com vazão de 100m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Dom Antônio de Almeida Lustosa – Rua Coronel João Correia, S/N, Granja Lisboa.	1
3	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 80m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Regina Maria da Silva Severino – Rua Itatiaia, 889, Canindezinho.	1

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 / (85) 2028-0466 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

3	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Edmar Fujita - Av. Alberto Craveiro, 4211, Dias Macedo	1
3	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 10m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Pedro Celestino Romero - R. Gastão Justa, 215 - Maraponga	1

Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.

7.1. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS:

7.1.1. Item 1.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia, modelo F-TQCD 20.15, sistema misto proposto constituído por pré-tratamento através de caixa de gradeamento, caixa de desarenação e medidor de vazão tipo calha parshall e encaminhados ao sistema elevatório, complementado por Tratamento Primário composto de sistema biológico misto constituído por reator anaeróbio - UASB e Tratamento Secundário seguido de filtro submerso aerado - FSA, sequenciado pelo decantador secundário tipo lamelar - DECL, tanque de contato e desinfecção - TQCD, Tanque Adensador de Lodo – TQAL e complementado por sistema de dosagem de cloro – KPDS, instalada no Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana - Av. Washington Soares, 7700 – Messejana;

7.1.2. Item 2.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia, fabricada em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro), com reatores anaeróbios de manta de lodo (UASB), biofiltro aerado submerso (BF) e decantador secundário (DS) com tanque de contato incorporado, Caixa de Areia (CA) e Estação Elevatória de Esgoto (EEE) eleito de secagem (LS), instalada no Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Av. Jornalista Tomaz Coelho, 1578, Messejana;

7.1.3. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto Compacta, fabricada em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro) para tratamento biológico de esgotos domésticos, com utilização de reator anaeróbio (AUASB - UPFLOW ANAEROBIC SLUDGE BLANKET) e aeróbicos (BFSA - BIOFILTRO SUBMERSO AERADO), com vazão de 100m³/dia - Unidade Básica de Saúde Dom Antônio de Almeida Lustosa - Rua Coronel João Correia, S/N, Granja Lisboa;

7.1.4. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto para tratamento tipo biológico, composto por tanque de gradeamento, tanque séptico e tanque de desinfecção, com vazão de 80m³/dia – Unidade Básica de Saúde Regina Maria da Silva Severino;

7.1.5. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto para tratamento tipo biológico, composto por tanque de gradeamento, caixa de sarenadora, reator UASB e tanque de desinfecção, com vazão de 100m³/dia – Unidade Básica de Saúde Edmar Fujita;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

7.1.6. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto do tipo compacta para tratamento biológico, com reatores anaeróbios de manta de lodo (UASB), biofiltro aerado submerso (BF) e decantador secundário (DS) com tanque de contato incorporado, Caixa de Areia (CA) e Estação Elevatória de Esgoto (EEE), com vazão de 10m³/dia – Unidade Básica de Saúde Pedro Celestino Romero – Rua Gastão Justa, 215, Maraponga;

8 EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

8.1. Os serviços e responsabilidades solicitados neste edital devem ser obrigatoriamente executados pela empresa licitante vencedora, não podendo ser terceirizados, exceto para realização de análises laboratoriais e transporte de resíduos e materiais coletados. A gestão do contrato bem como o responsável técnico, deverá obrigatoriamente ser local, para imediata solução de problemas e para participar de reuniões de trabalho, sempre que for solicitado. A empresa deve zelar pela organização e limpeza das áreas sob sua responsabilidade.

8.2. Os serviços deverão ser efetuados em horário comercial, de segunda a sexta-feira, perfazendo 40 horas semanais, **EM CADA LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, e nos casos excepcionais em que envolvam possibilidade de riscos ambientais, a qualquer hora quando solicitado pelo CONTRATANTE;

8.3. Devem estar inclusos no valor a ser cobrado pela CONTRATADA os seguintes custos:

8.3.1. Mão de obra especializada **40 (quarenta) horas** semanais incluindo todos os adicionais (insalubridade, vale transporte, vale refeição, cesta básica, plano de saúde, enfim, todos benefícios previstos em Convenção Coletiva) e encargos sociais previstos em legislação e Convenção Coletiva;

8.3.2. Todo tipo de insumo, materiais de consumo, ferramentas, EPI e EPC, equipamentos, custos com maquinários, classificação/caracterização de resíduos, custos referentes à retirada e ao despejo de efluentes, análises laboratoriais;

8.3.3. Taxa de administração, tributos e demais custos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme definido neste Termo;

8.3.4. A licitante deverá apresentar planilha detalhada de custos juntamente com a proposta de preços;

8.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções nas informações fornecidas deverão ser objeto de impugnação e não poderá constituir pretexto para que a CONTRATADA cobre “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. A CONTRATADA será considerada como especializada na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado no valor global de sua proposta;

8.5. Na elaboração de preços a CONTRATADA deve atentar para o fato de que o operador dos serviços de Manutenção será o mesmo dos serviços de Operação;

8.6. Fornecer todos os produtos e materiais necessários e em quantidade suficiente para a operação e manutenção das Estações de Tratamento de Esgoto, bem como ferramental, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução do CONTRATO;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

8.7. Realizar os seguintes serviços de MANUTENÇÃO:

8.7.1. Manutenção e recuperação da estrutura e equipamentos das Estações mencionadas neste Termo;

8.7.2. Manter as válvulas, comportas e tubulações das E.T.E.'s;

8.7.3. Efetuar manutenção das estruturas para minimização de odores;

8.7.4. Realizar manutenção da pintura da unidade da E.T.E.;

8.7.5. Providenciar a manutenção dos motores e bombas dos equipamentos eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, bem como de quadros elétricos porventura existentes, com fornecimento de peças, serviços e mão de obra;

8.8. Executar os seguintes serviços de OPERAÇÃO:

8.8.1. Realizar, diariamente, limpeza na grade de retenção, nas caixas de visita, nas calhas dos filtros anaeróbios e nos decanto-digestores e todos os serviços de operação e limpeza dos decanto-digestores, bem como condicionamento e transporte de todo material;

8.8.2. No tanque do contato efetuar, trimestralmente, remoção do lodo com caminhão limpa-fossa, e apresentar comprovante de execução dos serviços. Retirada dos resíduos sólidos retirados no gradeamento e caixa de areia em caçambas estacionárias;

8.8.3. Atender às determinações estabelecidas pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza (SEUMA), bem como as da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE), assim como as dispostas na Resolução do COEMA nº 02/2017 de 02 de fevereiro de 2017e, também, na Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, assim como outros regulamentos e normas que se aplicam ao objeto desta contratação. O não cumprimento das normas legais implicará em multas e outras penalidades previstas em lei;

8.8.4. Realizar, diariamente, testes de pH, temperatura, cloro residual, sólidos sedimentáveis, gordura, vazão e condutividade, mantendo controle e registro dos resultados destas determinações analíticas, e de outras leituras dos equipamentos, em planilhas, nos horários determinados pela CONTRATADA. As planilhas de controle deverão ser dispostas à Secretaria Municipal da Saúde - SMS;

8.8.5. Manter, controlar e avaliar a dosagem de todos os produtos químicos necessários ao tratamento dos efluentes sanitários;

8.8.6. Emitir, mensalmente, laudo técnico completo de todos os parâmetros físicos, químicos e biológicos exigidos pela legislação vigente;

8.8.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos testes laboratoriais e entregar, mensalmente, o relatório de operação das Unidades de Tratamento de Esgoto à Secretaria Municipal da Saúde - SMS, remetendo cópia aos órgãos competentes de regulamentação e fiscalização quando exigidos pela legislação vigente;

8.9. Manter sempre funcionários em atividade durante o horário de funcionamento das unidades de saúde (**40 horas semanais**), na qualidade de operador de Estação de Tratamento de Esgoto, devendo seus salários e encargos sociais correrem por conta total e exclusiva da CONTRATADA, que deverá providenciar a sua substituição por outro sempre que necessário.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

8.9.1. Cabe à CONTRATADA dimensionar o quantitativo de funcionários para atender aos serviços contratados, EM CADA LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

8.9.2. Apresentar, junto à Nota Fiscal, o comprovante de recolhimento ao I.N.S.S., F.G.T.S., débitos trabalhistas, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, referente ao objeto do presente termo;

8.9.3. Manter em bom estado de conservação e atualizada com a validade da licença do órgão competente (Licenciamento Ambiental) as placas indicativas das Estações de Tratamento de Esgoto;

8.9.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Química do Estado de Ceará (CRQ/CE) e de seu responsável técnico;

8.10. Apresentar, mensalmente, à Secretaria Municipal da Saúde - SMS os resultados analíticos dos ensaios realizados nos efluentes finais das Estações de Tratamento de Esgotos;

8.10.1. As coletas das amostras, para fins de caracterização bacteriológica e físico-química, laudo completo a que se refere o **item 8.8.6.** e quaisquer outros serviços nas Estações deverão ser acompanhados pelo fiscal do contrato ou servidor da área de manutenção da unidade de saúde;

8.10.2. Determinar, mensalmente, em ciclo de **24 horas**, a vazão horária dos efluentes das E.T.E.'s;

8.10.3. Utilizar somente produtos químicos autorizados pelos órgãos regulamentadores brasileiros e realizar mistura e dosagem desses produtos;

8.10.4. Manter estoque de todos os produtos e materiais necessários ao tratamento contratado, para, no mínimo, **01 (um) mês** de consumo, garantindo assim a continuidade do tratamento, sem problemas de interrupção;

8.10.5. Armazenar e manusear corretamente os produtos estocados, atentando para os aspectos ambientais e de segurança;

8.10.6. Ajustar as dosagens dos produtos químicos, visando manter o enquadramento dos resultados analíticos, dentro dos parâmetros adequados;

8.10.7. Realizar limpeza das áreas, poda de árvores, corte de gramíneas, aplicação controlada de inseticidas, sinalização do local;

8.10.8. Zelar para que os profissionais designados para execução dos serviços apresentem-se nas instalações da CONTRATANTE trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação. Entende-se como uniforme completo o conjunto de calça comprida, camisa ou jaleco e calçados adequados ao desempenho de cada tarefa, além de fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) exigidos conforme a natureza dos serviços, e arcar com os custos destes, observando todas as normas de segurança vigentes;

8.10.9. Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, com a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC), que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;

8.10.10. Refazer, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE e a critério desta, os serviços porventura inadequadamente executados;

8.10.11. Emitir declaração expressa de garantia dos serviços prestados, inclusive de responsabilidade plena por quaisquer danos materiais ou ambientais em decorrência de ineficiência comprovada do tratamento do esgoto a partir da data de assinatura do CONTRATO;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

8.10.12. A CONTRATADA deverá executar os serviços necessários, obedecendo aos critérios de qualidade e padrões técnicos referenciados na legislação vigente para coleta e disposição de efluentes sanitários, utilizando equipamentos, peças e materiais apropriados, em quantidade compatível com a demanda;

8.11. Apresentar, em até **30 (trinta)** dias após assinatura do contrato:

8.11.1. Planos de Manutenção e Operação das Estações de Tratamento de Esgoto de acordo com as obrigações contidas neste Termo de Referência;

8.11.2. Memoriais descritivos, contendo inclusive a planta da situação ou croqui, das Estações de Tratamento de Esgoto;

8.11.3. Laudo de insalubridade;

8.11.4. Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por trabalho específico, do responsável técnico referente aos serviços prestados, objeto deste documento;

8.11.5. Realizar a obtenção, manutenção ou regularização da licença de operação junto aos órgãos competentes.

8.12. A CONTRATADA deverá, ainda, obedecer:

8.12.1. À legislação ambiental vigente, assim como, respeitar todas as normas que tratam do assunto;

8.12.2. Às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

8.12.3. Às disposições legais federais, estaduais e municipais;

8.12.4. Aos regulamentos da concessionária de água e esgoto;

8.12.5. Às normas técnicas e portarias específicas que se apliquem ao objeto deste termo, quando houver;

8.12.6. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial às seguintes:

8.12.7. NR 06 - Equipamento de Proteção Individual- EPI;

8.12.8. NR 15 - Atividades e operações insalubres;

8.12.9. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da Construção;

8.12.10. A não citação de norma ou legislação vigente não exime a CONTRATADA do seu cumprimento.

8.13. Todos os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser orientados e supervisionados pelo responsável técnico da empresa CONTRATADA, que responderá por qualquer questão de ordem técnica. O perfeito funcionamento das E.T.E.'s será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

8.14. Condições de execução, procedimento de fiscalização, aceitação e recebimento do objeto:

8.14.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, mediante atesto, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pela FISCALIZAÇÃO imediatamente após a conclusão dos serviços e solicitação da CONTRATADA. Após a inspeção, através de comunicação oficial da FISCALIZAÇÃO, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, respeitado o limite máximo de **03 (três) dias** para execução das mesmas;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

8.14.2. Uma vez decorrido o período de até **05 (cinco) dias corridos**, do recebimento provisório e desde que todas as condições de desempenho do sistema estejam satisfatórias, dentro dos parâmetros assumidos, o serviço poderá ser recebido **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade;

8.14.3. Após o recebimento provisório, se for identificada qualquer falha na execução cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após executadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo;

8.14.4. Os serviços serão rejeitados quando em desacordo com o estabelecido no edital do Pregão e seus anexos, Proposta e Contrato, ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade do adjudicatário pela solidez e qualidade, devendo providenciar reparos ou substituição no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sem ônus para o CONTRATANTE. Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados e habilitados a manter os equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sob a supervisão direta da CONTRATANTE;

8.14.5. Os serviços serão executados no horário e nos dias normais de expediente da CONTRATANTE. A eventual execução fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço baseado nos acréscimos relativos aos prêmios de horas extras;

8.14.6. Os técnicos da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços portando documento de identificação;

8.14.7. A execução das atividades decorrentes do presente Termo de Referência será fiscalizada para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual e de tudo dará ciência à empresa CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o contrato, de acordo com o estabelecido na Lei 14.133/2021;

8.14.8. A relação de testes exigidos pelas normas vigentes, testes de rotina, etc. estão inclusos no preço e serão realizados na presença de técnico designado pela CONTRATANTE;

8.14.9. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades devido a vício/defeitos na realização dos serviços executados, defeitos de fabricação de materiais aplicados, garantia dos serviços, ou ainda, no quantitativo de insumos utilizados;

8.14.10. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até **02 (dois) dias úteis** antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual;

8.14.11. Todos os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados, sempre, mediante constatação do Operador e comunicação à empresa CONTRATADA e à Célula de Infraestrutura e Manutenção – CEINMA/COAD, com início da execução no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo casos especiais, como por exemplo, situações em que haja risco de transbordamento de material de esgoto ou de contaminação de lençol freático, situações nas quais o prazo para atendimento será imediato;

8.14.12. No atendimento, caso o problema identificado não possa ser resolvido de imediato, a CONTRATADA, mediante relatório justificado e acordado com o CONTRATANTE,



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

deverá solucioná-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

8.14.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar número de telefone fixo ou celular, amplamente divulgados à SMS e constando nos adesivos fixados nas Estações de Tratamento de Esgoto, além de e-mail institucional;

8.15. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Instrumento, os fatos fora de seu controle, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, a execução do objeto contratado;

8.16. Da execução e da garantia dos serviços:

8.16.1. A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção da qualidade, garantia e desempenho dos serviços realizados e materiais empregados, por no mínimo **90 (noventa) dias** após a prestação dos serviços;

8.16.2. Caso o CONTRATANTE por seus agentes usuários ou através de sua fiscalização, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, constate vícios de execução, má qualidade ou não atendimento às normas vigentes, seja dos serviços, seja dos materiais aplicados, a CONTRATADA deverá refazer o serviço e/ou substituir os materiais inadequados, em até **03 (três) dias úteis**, a contar da notificação pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE;

8.16.3. Na eventualidade de ocorrência de problema nos equipamentos ou sistemas com garantia do fabricante e/ou fornecedor, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE, preferencialmente, via correio eletrônico (e-mail). Na impossibilidade do envio de e-mail, a comunicação poderá ser via telefone com a formalização, via e-mail, posteriormente quando possível;

8.16.4. Após a comunicação, o CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA documentos tais como cópias de notas fiscais, para que esta execute, às suas expensas, transporte e todos os serviços (desinstalações, instalações, acompanhamento dos serviços na assistência técnica autorizada, etc.) necessários para que os mesmos voltem ao perfeito funcionamento;

8.16.5. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este item e disto resulte a perda da garantia oferecida pelo fabricante e/ou fornecedor, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus adicionais a que atualmente estiver sujeito o fabricante e/ou fornecedor do equipamento;

8.16.6. Durante o prazo de garantia das instalações, equipamentos ou sistemas, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante;

8.16.7. O fato de técnicos do CONTRATANTE inspecionarem, fiscalizarem e receberem os serviços executados pela CONTRATADA não elimina, nem atenua as responsabilidades e garantias destes serviços, principalmente por vícios indiretos ou não visíveis;

8.16.8. Os serviços por meio de mão de obra exclusiva ou residente serão executados por operador de estação de tratamento de água e efluentes, código 8623-05 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Deverá ser observado na composição de custos da contratada, o piso salarial para o referido cargo e demais benefícios, conforme Convenção Coletiva da categoria;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

8.16.9. No tocante aos equipamentos das E.T.E.'s, a garantia deverá ser de **12 (doze) meses** para equipamentos contra defeitos de fabricação, instalação, montagem ou operação se decorrente de falha no treinamento operacional dos operadores do sistema, a partir da data do recebimento definitivo. A CONTRATADA não poderá dividir responsabilidades a qualquer outra empresa devendo, a mesma, assegurar a garantia integral;

8.16.10. A garantia prestada deverá englobar todos e quaisquer defeitos provenientes de erros ou omissões da CONTRATADA, em especial, decorrente de matéria-prima, de fabricação, de montagem, de coordenação técnica e administrativa, bem como deslocamentos, peças, fretes e todas as demais despesas;

8.16.11. Durante todo o período de garantia dos serviços o atendimento deverá ser ON SITE (no local onde o equipamento encontra-se instalado), atendendo aos chamados para correção de problemas em no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, incluindo os sábados, domingos e/ou feriados, bem como, nos dias úteis dentro e fora do horário comercial. Não sendo possível o reparo no local, as despesas de desinstalação, remoção, transporte e reinstalação, serão de responsabilidade da CONTRATADA;

8.16.12. Durante a vigência da garantia dos serviços nenhuma despesa será cobrada a título de manutenção dos equipamentos, sejam elas referente a peças, deslocamentos, viagens, hospedagens ou de mão-de-obra, exceto daquelas decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia dos usuários da CONTRATANTE, devidamente identificadas em Relatórios Técnicos emitidos pela CONTRATADA e/ou empresa responsável pela Assistência Técnica Autorizada. Esses relatórios deverão ter o ciente e a concordância por parte da CONTRATANTE;

8.17. Como critério de sustentabilidade ambiental as empresas deverão se atentar em:

8.17.1. Que os produtos e materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

8.17.2. Que os produtos e materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

8.17.3. Que os produtos e materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

8.17.4. Que sejam observadas os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

8.17.5. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que os produtos e materiais fornecidos cumprem com as exigências do edital.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

9 GARANTIA CONTRATUAL:

9.1. Após a homologação do objeto do certame e até a data da contratação, o licitante vencedor deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 98, da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada a prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.1.1. Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato ou por, **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

9.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos contidos na legislação que rege a matéria.

9.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.11. No caso de alteração do valor do contrato, e/ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada e/ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

9.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

9.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme previsto especificamente no Termo de Referência.

10. DOS PRAZOS E LOCAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. Locais de execução dos serviços:

- Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instalado no **Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana** - Av. Washington Soares, 7700 – Messejana;
- Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia, instalado no **Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira** - Av. Jornalista Tomaz Coelho, 1578 – Messejana;
- Estação de Tratamento de Esgoto Compacta, com vazão de 100m³/dia instalada na **Unidade Básica de Saúde Dom Antônio de Almeida Lustosa** - Rua Coronel João Correia, S/N, Granja Lisboa;
- Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 80m³/dia instalada na **Unidade**



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

Básica de Saúde Regina Maria da Silva Severino - Rua Itatiaia, 889, Canindezinho;

- Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instalada na **Unidade Básica de Saúde Edmar Fujita** - Av. Alberto Craveiro, 4211, Dias Macedo;
- Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 10m³/dia instalada na **Unidade Básica de Saúde Pedro Celestino Romero** - Rua Gastão Justa, 215 – Maraponga;

10.2. Prazos: Os prazos já foram estipulados no item 8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos neste Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretária Municipal das Licitações de Fortaleza- SELIFOR.

11.2. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.2.1. O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

11.2.2. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em Português, firmada por tradutor juramentado.

11.2.3. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo(a) Pregoeiro(a).

11.2.4. Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

11.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.3.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.3.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.3.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

11.3.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.5. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

11.3.5.1. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;

11.3.5.2. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da Lei 5.764/71;

11.3.5.3. Ata de fundação da cooperativa;

11.3.5.4. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

11.4.1.1. Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da Lei 11.101/2005.

11.4.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

11.4.2. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da documentação exigida no subitem 11.4.1 acima.

11.4.3. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis dos **02 (dois)** últimos exercícios



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

financeiros, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por contador (es) registrado (s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.4.4. Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a INRFB vigente.

11.4.5. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

11.4.5.1 A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

11.4.6. No caso de Licitante recém-constituída, há menos de 01 (um) ano, deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

11.4.7. No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

11.4.8. Para fins de qualificação econômico-financeira, **deverá ser comprovado a boa situação financeira da interessada por documento**, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

Liquidez Geral - LG

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

OU

Liquidez Corrente - LC

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

OU

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 / (85) 2028-0466 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

Solvência Geral - SG

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

11.4.9. Caso o subitem **11.4.8** não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.

11.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. Os atestados deverão comprovar execução de serviços de operação e manutenção em, pelo menos, 01 (uma) Estação de Tratamento de Esgotos com vazão de 100 m³ (cem metros cúbicos).

11.5.1.1. O(s) atestado(s), devidamente datado(s) e assinado(s), deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do emitente, devendo conter o nome do representante legal, cargo/função, telefone e/ou e-mail da pessoa jurídica.

11.5.2. ALVARÁ de funcionamento expedido pelo município sede do licitante, com atividade compatível com o objeto da licitação como um todo ou de cada lote, dentro do seu prazo de validade;

11.5.3. Certidão de registro da empresa e anotação de responsabilidade técnica (ART) do responsável técnico emitidos pelo Conselho Regional de Química do Estado onde exercita suas atividades, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços de operação e manutenção de Estações de Tratamento de Esgoto;

11.5.3.1. Caso o responsável técnico possua registro em CRQ diverso do CRQ/CE, deverá apresentar, na oportunidade da assinatura do contrato, declaração de que o registrará neste em até **15 (quinze) dias corridos**;

11.5.4. Declaração de que possui, ou possuirá até o início da prestação dos serviços, profissionais com experiência e habilitados a realizar os serviços de operação e manutenção de Estações de Tratamento de Esgoto - ETE, compatíveis com os tipos e espécies daquelas existentes nas unidades de saúde, na quantidade mínima de 01 (um) operador para cada uma delas, bem como substitutos pra eventualidades e, no mínimo, equipe de manutenção composta por bombeiros hidráulicos, eletricitas, pedreiros, técnicos para coleta de amostras e demais profissionais necessários para a plena execução do objeto do contrato;

11.5.5. Declaração de que possui todos os equipamentos e ferramentas necessários à realização dos serviços de operação e manutenção de Estações de Tratamento de Esgoto;

11.5.6. Apresentar declaração de que disponibilizará, em até 15 (quinze) dias corridos após assinatura do contrato, de quadro de profissionais de nível superior, devidamente habilitados pelo Conselho Regional de Química do Estado do Ceará (CRQ/CE) em número suficiente para o atendimento dos serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal,



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

licença, falta ao serviço, demissão e/ou outros análogos, bem como de que providenciará a documentação do **item 11.5.3.1** no CRQ-CE, caso seja a mesma de CRQ diverso;

11.5.7. Os citados atestados deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua Atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.5.8. Declaração de que disporá, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** da assinatura do contrato, de sistema informatizado para consulta de laudos e relatórios e disponível na internet através de site próprio;

11.5.9. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, antes de apresentá-la, a licitante deverá analisar projetos e os documentos do edital, bem como realizar visita técnica e vistoria aos locais de execução dos serviços, com o objetivo de que tenha conhecimento do local de realização dos serviços e verifique eventuais ocorrências que possam ter influência na formulação da proposta, sendo vedado futuramente o requerimento de aditamentos, com a alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto;

11.5.9.1. A visita se justifica pelo fato das Estações de Tratamento de Esgoto possuírem diversas particularidades que deverão ser verificadas in loco a fim de que o licitante forneça sua proposta o mais próximo da realidade dos serviços a serem contratados, evitando possíveis falhas na formação do preço a ser ofertado;

11.5.9.2. A licitante que optar por realizar vistoria prévia com o objetivo de se inteirar das condições dos serviços objeto deste documento terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, em horário comercial, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes, através dos seguintes contatos:

11.5.9.3. O agendamento deverá ser realizado previamente através do telefone (85) 3452.2370, ou na sede da Secretaria Municipal da Saúde – SMS sito à Rua Barão do Rio Branco, 910, sobreloja, Coordenadoria Administrativa - COAD, Centro, Fortaleza-CE ou através do e-mail: **ceinma@sms.fortaleza.ce.gov.br**”;

11.5.9.4. A SMS se reserva o direito de não autorizar vistorias sem agendamento, caso o representante da licitante compareça em horário impróprio ou diverso daquele que fora agendado;

11.5.9.5. A vistoria deverá ser acompanhada por preposto da SMS, que por sua vez pode não deter conhecimentos técnicos de manutenção predial, cabendo aos mesmos simplesmente apresentar a E.T.E. existente ao licitante;

11.5.9.6. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria deverá firmar declaração na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do edital, do presente Termo de Referência e dos demais documentos que compõem o processo licitatório, não podendo assim, questionar desconhecimento dos aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços e na formulação da proposta de preços.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

11.6. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.6.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

11.6.1.1. CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

11.6.1.2. CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

11.6.2 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.6.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

11.6.3.1. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

11.6.3.2. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

11.6.3.3. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

11.6.4. Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

11.6.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

12.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

12.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas** que



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação po reles solicitados;

12.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

12.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art.124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.24. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

12.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) , no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

12.26. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

12.27. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

12.28. Efetuar levantamento minucioso das condições locais;

12.29. Fornecer manual de manutenção e catálogos dos equipamentos instalados;

12.30. Fornecer certificados de garantia dos equipamentos e da instalação;

12.31. Não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta contratação;

12.32. Equipamentos de Proteção Individual: serão de uso obrigatório os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletivo (EPC) para todos os trabalhadores, conforme o serviço a ser executado e os riscos correspondentes, obedecendo às orientações das Normas



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e legislação correlata.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

13.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

13.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

13.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

13.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

13.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

13.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.13. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

13.14. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

13.15. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculados à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

13.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.17. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 14.133/2021 e suas alterações;

13.18. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA em suas dependências, colaborando para a tomada de medidas necessárias à prestação dos serviços, exigindo sempre a carteira de identidade funcional ou crachá e uniforme completo. Entende-se como uniforme completo o conjunto de calça comprida, camisa ou jaleco, calçados e EPI's adequados;

13.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.20. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.21. Notificar à CONTRATADA quando observadas quaisquer irregularidades na execução dos serviços, inclusive aquelas previstas em normas estabelecidas por órgãos competentes (IBAMA/CONAMA/COEMA/SEMACE/SEUMA);

13.22. Exigir da CONTRATADA solução, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, para qualquer descumprimento do contrato, ou outra irregularidade encontrada que prejudique a prestação dos serviços;

13.23. Rejeitar materiais e serviços que não atendam aos padrões de qualidade exigidos para o perfeito funcionamento das E.T.E.'s;

11.24. Emitir atesto mensal dos serviços prestados e verificar os demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

13.25. Disponibilizar os documentos necessários à efetivação ou renovação da licença de operação junto aos órgãos competentes;

14. DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do **Banco Santander S.A.**, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o **Banco Santander S.A.**

14.1.1. A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

14.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento do objeto, conforme especificações exigidas na licitação.

14.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

14.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

14.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

15. DA FISCALIZAÇÃO:

15.1 A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos art. 7º e 8º do Decreto Municipal nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

15.2. A FISCALIZAÇÃO somente atestará o recebimento do Objeto, depois de concluídas todas as condições que estão descritas neste Termo de Referência;

15.3. A FISCALIZAÇÃO da execução do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal da Saúde -SMS através de um técnico legalmente habilitado para os serviços, e com amplos poderes e liberdade de ação, na condução do desenrolar de todo o fornecimento e instalação, em epígrafe;

15.4. A liberação das faturas correspondentes aos serviços de operação e manutenção, dependerá sempre da aprovação da FISCALIZAÇÃO, através de a testes;

15.5. A CONTRATADA manterá comunicação constante com a FISCALIZAÇÃO para comunicar, de forma antecipada, todos os passos dos serviços de operação e manutenção das E.T.E.'s, bem como fornecimento e instalações de equipamentos, para que a FISCALIZAÇÃO esteja presente e possa acompanhar as etapas.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

16.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

- 16.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 16.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 16.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 16.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

16.2.4. Multa de:

16.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

16.2.4.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto 15.604, de 28 de março de 2023.

16.2.4.1.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.2.4.1.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.2.4.1.4. entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

16.2.4.2. 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

16.2.4.2.1. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.4.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.2.4.3 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

16.2.4.3.1. der causa à inexecução total do contrato;

16.2.4.3.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.2.4.3.3. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.2.4.3.4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.2.4.3.5. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.2.4.3.6. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.4.4. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021). 14.4.1.

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.8. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

16.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

17. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

17.1. O valor estimado desta contratação será em caráter sigiloso.

18. DO ÍNDICE DE REAJUSTE

18.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice (Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC).

19. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

19.1. O prazo de vigência e de execução do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por um ou mais períodos, tendo em vista o sua necessidade prolongada de acordo com a Portaria nº 0819/2024 desta SMS, respeitando o prazo máximo de **10 (dez) anos** e demais requisitos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, **contados a partir da data da última assinatura**, devendo ser publicado na forma do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DO ACESSO À INFORMAÇÃO

20.1 Este Termo de Referência se enquadra como documento público, não havendo restrições quanto à sua publicidade, salvo nas hipóteses legalmente previstas, conforme dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.

**APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP****1. INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detidamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes, em especial a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, que trata das licitações e contratos Administrativos, que disciplina a instrução e a tramitação do procedimento de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E INSUMOS, PARA ATENDER À DEMANDA DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

- a) Área solicitante: Coordenadoria Administrativa - COAD;
- b) Área solicitante: Coordenadoria de Redes Pré-hospitalar e Hospitalar – COREPH;

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta aquisição destina-se a suprir a necessidade de contratação para substituição do **Contrato Nº 540/2019 – Moreira Costa Laboratórios e Engenharia Ambiental Ltda.**, que teve fim do prazo de vigência em 08/11/2024 e não pôde ser renovado por completar prazo total de **60 (sessenta) meses**, prazo máximo estipulado pelo inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93, cujo objeto é serviço de operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto para atender à demanda das unidades da Secretaria Municipal da Saúde, haja vista que garantem o funcionamento e a segurança dos servidores e demais usuários dos serviços oferecidos pela rede municipal da saúde de Fortaleza. A contratação será destinada para as unidades: Unidade Básica de Saúde Dom Antônio de Almeida Lustosa, Unidade Básica de Saúde Regina Maria da Silva Severino, Unidade Básica de Saúde Edmar Fujita, Unidade Básica de Saúde Águeda Xerez Cunha e Unidade Básica de Saúde Pedro Celestino Romero. Assim como, para o Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana e para o Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira. Vale ressaltar que ocorreu acréscimo da UBS Águeda Xerez Cunha, da UBS Pedro Celestino Romero e do Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira em relação ao objeto do Contrato Nº 540/2019.

Os serviços a serem contratados visam executar um conjunto de atividades para garantir a plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável das Estações de Tratamento de Esgoto, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, bem como a recuperação deste estado, e ainda



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

preservar o patrimônio das unidades de saúde.

Existe necessidade que haja um responsável ou empresa responsável permanente pela operação e manutenção das E.T.E.'s elencadas. Em decorrência das necessidades de saneamento básico efetivo das áreas não abrangidas por sistema de rede coletora e tratamento de esgotos da concessionária local, de proteção do meio ambiente e do manancial hídrico, torna-se necessário oferecer opções coerentes com aquelas necessidades. O efluente sanitário quando lançado sem tratamento em rios, lagos e córregos é capaz de causar a poluição dos cursos d'água e, sem o devido controle, pode gerar prejuízos ao meio ambiente e à saúde pública através da transmissão de doenças de veiculação hídrica.

Considerando as razões supracitadas bem como as indicações da ABNT e determinações estabelecidas pela SEUMA, SEMACE e pelo CONAMA, faz-se necessária a contratação dos serviços objeto deste ETP com o objetivo de reduzir a poluição das águas, mitigar os impactos causados ao meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população. Ressalta-se também que a execução das atividades operação e manutenção - preventiva e corretiva - de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, é medida que se impõe, não restando outra solução, senão, a contratação de empresa especializada.

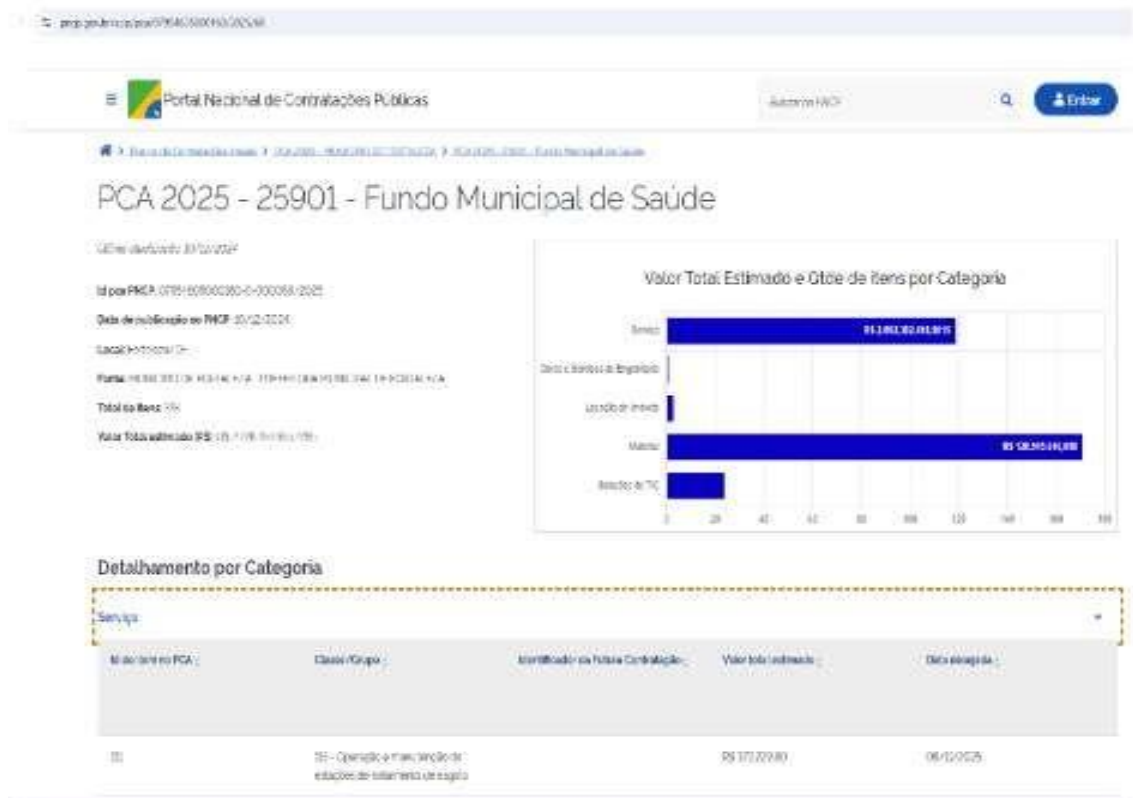
Cite-se que, tendo em vista a complexidade dos serviços, acrescido do fato de a Célula de Infraestrutura e Manutenção - CEINMA, que compõe a Coordenadoria Administrativa - COAD da Secretária Municipal da Saúde - SMS, não possuir profissionais especializados e equipamentos específicos para os serviços de operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto, com fornecimento de peças e insumos, instalados em diversas unidades de saúde do município de Fortaleza, é que se faz necessária a contratação.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação de empresa para prestação de serviços de operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto, com fornecimento de peças e insumos das Unidades Básicas de Saúde está contemplada no Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Fortaleza/Secretaria da Saúde publicado no PNCP, PCA 2025 - 25901 - Fundo Municipal de Saúde, ID 111.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744



O item contemplado para os hospitais nessa aquisição foi agrupado no grupo “Serviço de operação, manutenção preventiva e corretiva de Estações de Tratamento de Esgoto”. Segue código de identificação (ID) da demanda previsto no Plano de Contratações Anual, ID 46 e ID 29, extraídos no dia 28/03/2025 do site eletrônico <https://pncp.gov.br/app/pca/07954605000160/2025/76> às 10:29.

PCA 2025 - 25915 - Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana				
46	432 - Serviço de operação, manutenção preventiva e corretiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE)	R\$ 71.344,04	01/09/2025	

PCA 2025 - 25916 - Hospital Edmilson Barros de Oliveira				
29	432 - Serviço de operação, manutenção preventiva e corretiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE)	R\$ 71.344,04	01/09/2025	



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A presente descrição visa estabelecer os requisitos necessários dispostos no art. 18, §1º, III, da Lei 14.133/2021.

A SMS apresenta necessidade de contratar empresa para realização de serviços de serviços de operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto, com fornecimento de peças e insumos e tais equipamentos já estão instalados nem diversas unidades de saúde e vinham recebendo tais serviços por intermédio do **Contrato Nº 540/2019 – Moreira Costa Laboratórios e Engenharia Ambiental Ltda.** Diante da impossibilidade de renovação contratual do citado Contrato, existe necessidade de contratação de empresa que venha a executar os mesmos serviços objeto do aludido Contrato.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada por órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente. Os valores da contratação serão definidos por meio de processo licitatório com ampla concorrência.

Os empregados que executarão os serviços de manutenção dos equipamentos na sede da SMS deverão ser contratados pela Empresa vencedora do processo licitatório. Sob responsabilidade integral da Contratada, poderá haver subcontratação, desde que atendidas as legislações trabalhistas pertinentes.

Durante a execução dos serviços objeto do Contrato, a Contratada deverá manter preposto/local de apoio na cidade de Fortaleza-CE com plenos poderes para responder pela Contratada e assinar documentos pertinentes.

A Empresa vencedora do certame deverá realizar os serviços de operações, manutenções preventiva e corretiva considerando as peculiaridades das instalações existentes, com operadores dedicados a cada lote de forma exclusiva e integral.

As manutenções preventivas deverão **ser realizadas conforme previsto no Termo de Referência, de acordo com os manuais do fabricante e com contido no PMOC e a empresa CONTRATADA** deverá fornecer relatório mensal de manutenção preventiva.

Todos os serviços e peças utilizadas deverão estar inclusos no preço global cotado pela licitante.

Os insumos e demais materiais necessários para realização dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

As manutenções corretivas deverão ser realizadas sempre que os operadores das E.T.E.'s detectarem algum mau funcionamento ou defeito dos equipamentos, em prazo compatível com a urgência da necessidade;

No valor total dos serviços deverão estar inclusos: custos com ponto de apoio/oficina para a equipe realizar serviços fora do local onde os equipamentos estão instalados, deslocamento da mão de obra ao local de prestação dos serviços, mão de obra para execução dos serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva, peças, materiais e insumos para a realização dos serviços, instalações, meios de comunicação, todos os encargos sociais e fiscais, impostos, taxas, etc, hospedagem da equipe, ART's, etc.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

Antes da apresentação da proposta na fase concorrencial da licitação, empresa poderá visitar o edifício onde os equipamentos estão instalados de forma a conhecer suas peculiaridades.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

A contratação foi dimensionada para contratação de serviços de operação e manutenção nos equipamentos especificados a seguir, bem como nas quantidades apresentadas, conforme o quadro que segue.

GRUPO	CÓDIGO	DISCRIMNAÇÃO	QTD
1	3603596	SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMADE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA UNIDADES HOSPITALARES	
ITENS		DISCRIMNAÇÃO	QTD
1	3606517	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instaladono Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana - Av. Washington Soares, 7700 - Messejana.	1
2	3606514	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m3/dia, instaladono Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira - Av. Jornalista Tomaz Coelho, 1578 – Messejana	1

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMNAÇÃO	QTD
3	3597101	SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.	
		DISCRIMNAÇÃO	QTD
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto Compacta, com vazão de 100m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Dom Antônio de Almeida Lustosa - Rua Coronel João Correia, S/N, Granja Lisboa.	1
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 80m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Regina Maria da Silva Severino – Rua Itatiaia, 889, Canindezinho.	1
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Edmar Fujita - Av. Alberto Craveiro, 4211, Dias Macedo	1
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 10m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Pedro Celestino Romero - R. Gastão Justa,215 - Maraponga	1

6.2. Especificações:

6.2.1. Item 1.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia, modelo F-TQCD 20.15, sistema misto proposto constituído por pré-tratamento através de caixa de gradeamento, caixa de desarenação e medidor de vazão tipo calha parshall e encaminhados ao sistema elevatório, complementado por Tratamento Primário composto de sistema biológico misto constituído por reator anaeróbio - UASB e Tratamento Secundário seguido de filtro submerso aerado - FSA, sequenciado pelo decantador secundário tipo lamelar -DECL, tanque de contato e desinfecção - TQCD, Tanque Adensador de Lodo – TQAL e complementado por sistema de dosagem de cloro – KPDS, instalada no Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana - Av. Washington Soares, 7700 – Messejana;

6.2.2. Item 2.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m3/dia, fabricada em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro), com reatores anaeróbios de manta de lodo (UASB), biofiltro aerado submerso (BF) e decantador secundário (DS) com tanque de contato incorporado, Caixa de Areia (CA) e Estação Elevatória de Esgoto (EEE) e leito de secagem (LS), instalada no Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Av. Jornalista Tomaz Coelho, 1578, Messejana;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

6.2.3. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto Compacta, fabricada em PRFV (Plástico Reforçado com Fibra de Vidro) para tratamento biológico de esgotos domésticos, com utilização de reator aneróbico (AUASB - UPFLOW ANAEROBIC SLUDGE BLANKET) e aeróbicos (BFSA - BIOFILTRO SUBMERSO AERADO), com vazão de 100m³/dia - Unidade Básica de Saúde Dom Antônio de Almeida Lustosa - Rua Coronel João Correia, S/N, Granja Lisboa;

6.2.4. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto para tratamento tipo biológico, composto por tanque de gradeamento, tanque séptico e tanque de desinfecção, com vazão de 80m³/dia – Unidade Básica de Saúde Regina Maria da Silva Severino;

6.2.5. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto para tratamento tipo biológico, composto por tanque de gradeamento, caixa desarenadora, reator UASB e tanque de desinfecção, com vazão de 100m³/dia – Unidade Básica de Saúde Edmar Fujita;

6.2.6. Item 3.: Serviços de operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto do tipo compacta para tratamento biológico, com reatores anaeróbios de manta de lodo (UASB), biofiltro aerado submerso (BF) e decantador secundário (DS) com tanque de contato incorporado, Caixa de Areia (CA) e Estação Elevatória de Esgoto (EEE), com vazão de 10m³/dia – Unidade Básica de Saúde Pedro Celestino Romero – Rua Gastão Justa, 215, Maraponga;

7. LEVANTAMENTO DO MERCADO:

Os serviços de manutenção objeto da presente contratação, conforme definição da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características gerais específicas usualmente encontradas no mercado e objetivamente definidas, poderão ser licitados por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

Dentre as alternativas para contratação dos serviços de operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto, com fornecimento de peças e insumos, foram analisadas 03 soluções:

7.1. Alternativa 01 - Contratação de empresa especializada em serviços de operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto, com fornecimento de peças e insumos, equivalente ao que é realizado por outros entes públicos, através de adesão ou “carona”. No entanto, não foram encontrados contratos, pregões ou atas de registro de preços com serviços que expressem exatamente a realidade da contratação pretendida pela SMS;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

7.2. Alternativa 02 – Utilização da mão-de-obra própria para operação e manutenção corriqueira dessas estações de tratamento de esgoto. Além da SMS não possuir técnicos com conhecimentos específicos em seu quadro de funcionários, e mesmo que venha contratá-los, a presente alternativa apresentaria dificuldades devido à falta de familiaridade dos profissionais com a complexidade do serviço nas estações de tratamento de esgoto e a dificuldade de aquisições e contratações para substituição de peças e equipamentos em caso de falha defeito, bem como a necessidade de EPI's específicos e treinamento especializado para operações e manutenções preventivas e corretivas;

7.3. Alternativa 03 - Contratação de empresa especializada em serviços de operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto, com fornecimento de peças e insumos, através de processo licitatório próprio, equivalente ao que é realizado por outros entes públicos.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Destaca-se, que em consulta ao Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, parâmetro preferencial para pesquisa de preço, não foram encontradas licitações com características técnicas iguais ao ora em análise. Isto se deve ao fato de que cada instalação dispõe de equipamentos em quantidade e modelos distintas entre si, ou seja, os preços de pregões não corresponderiam às características inerentes aos equipamentos instalados na SMS.

Considerando que a presente demanda não é inédita e já foi atendida por meio de contratação de empresa especializada através do **Contrato Nº 540/2019 – Moreira Costa Laboratórios e Engenharia Ambiental Ltda.** que teve sua existência decorrente da **Ata de Registro de Preços Nº 589/2019, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 275/2019** e que o aludido Contrato teve fim do prazo de vigência em 08/11/2024. Diante disso, foram adotados os valores unitários mensais obtidos através dos instrumentos decorrentes da Ata de Registro de Preços **ARP Nº 589/2019** para estimar o valor da contratação objeto do presente ETP, ou seja, **R\$ 539.901,00 (quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e um reais)** por ano, conforme quadro a seguir:

GRUPO	CÓDIGO	DISCRIMNAÇÃO	QTD		VALOR TOTAL MENSAL DO GRUPO 1	VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO 1
1	3603596	Descrição: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA UNIDADES HOSPITALARES				
ITENS	CÓDIGO	DISCRIMNAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL
1	3606517	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instaladono Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana - Av. Washington Soares, 7700 - Messejana.	1	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS
2	3606514	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia, instaladono Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira - Av. Jornalista Tomaz Coelho, 1578 – Messejana	1	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 / (85) 2028-0466 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	QTD		VALOR TOTAL MENSAL DO ITEM 3	VALOR TOTAL ANUAL DO ITEM 3
3	3597101	Descrição: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.				
ITEM		DISCRIMINAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto Compacta, com vazão de 100m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Dom Antônio de Almeida Lustosa - Rua Coronel João Correia, S/N, Granja Lisboa.	1	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 80m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Regina Maria da Silva Severino - Rua Itatiaia, 889, Canindezinho.	1	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 100m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Edmar Fujita - Av. Alberto Craveiro, 4211, Dias Macedo	1	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS
3	3597101	Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 10m³/dia instalada na Unidade Básica de Saúde Pedro Celestino Romero - R. Gastão Justa, 215 - Maraponga	1	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS

9. SOLUÇÃO A CONTRATAR

Após análise das particularidades da necessidade e das possibilidades de contratação, identificou-se como a melhor opção para solução da necessidade da SMS, dentre as alternativas estudadas, que a nº 03 é a melhor opção, visto que a atividade é sensível, requer conhecimentos específicos, necessita de facilidade de aquisição e reposição de peças e insumos, motivo pelo qual se apresenta como superior à solução de execução de serviços com equipe interna. Por isso, é mais condizente com o escopo da necessidade da SMS, haja vista que a empresa contratada deverá atender a chamados emergenciais com prazos preestabelecidos para atendimento inicial. Além disso, deverá realizar uma quantidade determinada de manutenções preventivas seguindo uma Proposta de Plano de Manutenção e Controle.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução selecionada, a saber: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E INSUMOS, PARA ATENDER À DEMANDA DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, por meio de Pregão Eletrônico, mostrou-se a solução tecnicamente viável e economicamente vantajosa já que foi mapeada demanda com quantidade exata e especificação determinada para atender às necessidades da SMS.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento poderá ser aplicado na presente contratação, desde que observada que a disputa deverá ocorrer por lotes conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP), isto é, pode haver uma empresa vencedora para cada lote, ou empresa única que atenda todos lotes, atendendo as demandas da administração para cada lote e que esteja habilitada em todos os requisitos necessários para a prestação do serviço visando evitar prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas ou interdependentes são aquelas que repercutem ou sofrem repercussão da contratação em estudo. Devem ser pautadas e analisadas os impactos e influencias tanto no aspecto econômico quanto em logística, tais como a necessidade de comprar acessórios ao bem desejado, realização de manutenção periódica no equipamento, dentre outros.

Contratações correlatas são, portanto, aquelas que guardam relação com a solução a ser contratada, interligando-se a ela, mas que não precisa, necessariamente, ser realizada para a completa satisfação da necessidade.

No caso de que se cuida a modalidade em questão já encerra em si toda a necessidade da Administração revelando-se como procedimento autônomo, independente de outras contratações.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela NBR 10151, 10152 e resolução Conama 01/90 e legislação correlata.

A empresa deverá possuir a licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças.

Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.

As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (Acórdão no. 508/2013 – TCU Plenário; Acórdão no. 2.403/2012 – TCU – Plenário e Acórdão no. 1.929/2013 – TCU – Plenário).

Os serviços prestados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de recursos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

Um ambiente verdadeiramente equilibrado também importa na previsão de um local de prestação de trabalho onde as regras de proteção, saúde e segurança dos trabalhadores são plenamente atendidas.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição e obediência às regras trabalhistas se pautam em pressupostos e exigências, atendendo sempre a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se as todas as possibilidades de impactos ambientais, sejam ositivos ou negativos.

14. PREVISÃO EM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da PMF/SMS.

15. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução indicada permitirá o suprimento das necessidades, de modo que garanta, ao menos em relação a estes serviços, a não interrupção da operação, manutenção e funcionamento das estações de tratamento de esgoto nas unidades de saúde.

Com os serviços de manutenção sendo realizados de forma constante, pretende-se que não ocorra interrupção do funcionamento das unidades de saúde devido à falta de condições sanitárias, bem como não ocorra contaminação de lençol freático e do ambiente.

16. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização dos serviços;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas para a operação e manutenção das estações de tratamento de esgoto.

17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal da Saúde - SMS declara viável a presente contratação, visto que a sua justificativa/necessidade foi amplamente debatida, entendendo-se que a referida aquisição é benéfica, necessária e indispensável para o bom atendimento aos funcionários, colaboradores e usuários.

Os requisitos relevantes para a contratação foram adequadamente levantados e discutidos, considerando as exigências listadas no Documento de Formalização de Demanda - DFD, os quais foram abordados no presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR

Att. Sr (a). Pregoeiro (a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A Empresa _____ sediada na (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por _____ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

1. Identificação da licitante:

- a. Razão Social:
- b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- c. Endereço completo:
- d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- e. Telefone, celular, *e-mail*:
- f. Banco Santander S/A, agência e nº da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão **(não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação).**

EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744**3. Formação do Preço:**

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaramos ainda, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penalidades da lei, que nos comprometemos a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

1. Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados.
2. O prazo de início da execução do serviço será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____/ 20__ –
Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA _____ E A (O) CONTRATADA _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA

O FIM QUE NELE SE DECLARA. O MUNICÍPIO DE FORTALEZA pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) (órgão contratante),....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXX, com sede nesta Capital, na XXXX – CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.º)....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de **CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE UNIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODO O MATERIAL NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital de Licitação;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência e de execução do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por um ou mais períodos, tendo em vista o sua necessidade prolongada de acordo com a Portaria nº 0819/2024 desta SMS, respeitando o prazo máximo de 10 (dez) anos e demais requisitos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da data da última assinatura, devendo ser publicado na forma do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do Banco Santander S.A, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o **Banco Santander S.A.**

5.1.1. A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

5.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

5.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

5.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

5.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice (**Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC**).

6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

7.1. Os serviços e responsabilidades solicitados neste edital devem ser obrigatoriamente executados pela empresa licitante vencedora, não podendo ser terceirizados, exceto para realização de análises laboratoriais e transporte de resíduos e materiais coletados. A gestão do contrato bem como o responsável técnico, deverá obrigatoriamente ser local, para imediata solução de problemas e para participar de reuniões de trabalho, sempre que for solicitado. A empresa deve zelar pela organização e limpeza das áreas sob sua responsabilidade,

7.2. Os serviços deverão ser efetuados em horário comercial, de segunda a sexta feira, perfazendo 40 horas semanais, e nos casos excepcionais em que envolvam possibilidade de riscos ambientais, a qualquer hora quando solicitado pelo CONTRATANTE;

7.3. Devem estar inclusos no valor a ser cobrado pela CONTRATADA os seguintes custos:

7.3.1. Mão de obra especializada 40 (quarenta) horas semanais incluindo todos os adicionais (insalubridade, vale transporte, vale refeição, cesta básica, plano de saúde, enfim, todos benefícios previstos em Convenção Coletiva) e encargos sociais previstos em legislação e Convenção Coletiva;

7.3.2. Materiais de consumo, ferramentas, EPI e EPC, equipamentos, custos com maquinários, classificação/caracterização de resíduos, custos referentes à retirada e ao despejo de efluentes, análises laboratoriais;

7.3.3. Taxa de administração, tributos e demais custos necessários à perfeita execução dos



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

serviços, conforme definido neste Termo;

7.3.4. A licitante deverá apresentar planilha detalhada de custos juntamente com a proposta de preços;

7.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções nas informações fornecidas deverão ser objeto de impugnação e não poderá constituir pretexto para que a CONTRATADA cobre “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. A CONTRATADA será considerada como especializada na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado no valor global de sua proposta;

7.5. Na elaboração de preços a CONTRATADA deve atentar para o fato de que o operador dos serviços de Manutenção será o mesmo dos serviços de Operação;

7.6. Fornecer todos os produtos e materiais necessários e em quantidade suficiente para a operação e manutenção das Estações de Tratamento de Esgoto, bem como ferramental, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução do CONTRATO;

7.7. Realizar os seguintes serviços de MANUTENÇÃO:

7.7.1. Manutenção e recuperação da estrutura e equipamentos das Estações mencionadas neste Termo;

7.7.2. Manuténir as válvulas, comportas e tubulações das E.T.E.'s;

7.7.3. Efetuar manutenção das estruturas para minimização de odores;

7.7.4. Realizar manutenção da pintura da unidade da E.T.E.;

7.7.5. Providenciar a manutenção dos motores e bombas dos equipamentos eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, bem como de quadros elétricos porventura existentes, com fornecimento de peças, serviços e mão de obra;

7.8. Executar os seguintes serviços de OPERAÇÃO:

7.8.1. Realizar, diariamente, limpeza na grade de retenção, nas caixas de visita, nas calhas dos filtros anaeróbios e nos decanto-digestores e todos os serviços de operação e limpeza dos decanto-digestores, bem como condicionamento e transporte de todo material;

7.8.2. No tanque do contato efetuar, trimestralmente, remoção do lodo com caminhão limpa-fossa, e apresentar comprovante de execução dos serviços. Retirada dos resíduos sólidos retirados no gradeamento e caixa de areia em caçambas estacionárias;

7.8.3. Atender às determinações estabelecidas pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza (SEUMA), bem como as da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE), assim como as dispostas na Resolução do COEMA nº 02/2017 de 02 de fevereiro de 2017e, também, na Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, assim como outros regulamentos e normas que se aplicam ao objeto desta contratação. O não cumprimento das normas legais implicará em multas e outras penalidades previstas em lei;

7.8.4. Realizar, diariamente, testes de pH, temperatura, cloro residual, sólidos sedimentáveis, gordura, vazão e condutividade, mantendo controle e registro dos resultados destas determinações analíticas, e de outras leituras dos equipamentos, em planilhas, nos horários determinados pela CONTRATADA. As planilhas de controle deverão ser dispostas à Secretaria Municipal da Saúde - SMS;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

7.8.5. Manter, controlar e avaliar a dosagem de todos os produtos químicos necessários ao tratamento dos efluentes sanitários;

7.8.6. Emitir, mensalmente, laudo técnico completo de todos os parâmetros físicos, químicos e biológicos exigidos pela legislação vigente;

7.8.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos testes laboratoriais e entregar, mensalmente, o relatório de operação das Unidades de Tratamento de Esgoto à Secretaria Municipal da Saúde - SMS, remetendo cópia aos órgãos competentes de regulamentação e fiscalização quando exigidos pela legislação vigente;

7.9. Manter sempre funcionários em atividade durante o horário de funcionamento das unidades de saúde (40 horas semanais), na qualidade de operador de Estação de Tratamento de Esgoto, devendo seus salários e encargos sociais correrem por conta total e exclusiva da CONTRATADA, que deverá providenciar a sua substituição por outro sempre que necessário.

7.9.1. Cabe à CONTRATADA dimensionar o quantitativo de funcionários para atender aos serviços contratados;

7.9.2. Apresentar, junto à Nota Fiscal, o comprovante de recolhimento ao I.N.S.S., F.G.T.S., débitos trabalhistas, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, referente ao objeto do presente termo;

7.9.3. Manter em bom estado de conservação e atualizada com a validade da licença do órgão competente (Licenciamento Ambiental) as placas indicativas das Estações de Tratamento de Esgoto;

8.9.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Química do Estado de Ceará (CRQ/CE) e de seu responsável técnico;

7.10. Apresentar, mensalmente, à Secretaria Municipal da Saúde - SMS os resultados analíticos dos ensaios realizados nos efluentes finais das Estações de Tratamento de Esgotos;

7.10.1. As coletas das amostras, para fins de caracterização bacteriológica e físico-química, laudo completo a que se refere o item 5.8.6. e quaisquer outros serviços nas Estações deverão ser acompanhados pelo fiscal do contrato ou servidor da área de manutenção da unidade de saúde;

7.10.2. Determinar, mensalmente, em ciclo de 24 horas, a vazão horária dos efluentes das E.T.E.'s;

7.10.3. Utilizar somente produtos químicos autorizados pelos órgãos regulamentadores brasileiros e realizar mistura e dosagem desses produtos;

7.10.4. Manter estoque de todos os produtos e materiais necessários ao tratamento contratado, para, no mínimo, 01 (um) mês de consumo, garantindo assim a continuidade do tratamento, sem problemas de interrupção;

7.10.5. Armazenar e manusear corretamente os produtos estocados, atentando para os aspectos ambientais e de segurança;

7.10.6. Ajustar as dosagens dos produtos químicos, visando manter o enquadramento dos resultados analíticos, dentro dos parâmetros adequados;

7.10.7. Realizar limpeza das áreas, poda de árvores, corte de gramíneas, aplicação controlada de inseticidas, sinalização do local;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

7.10.8. Zelar para que os profissionais designados para execução dos serviços apresentem-se nas instalações da CONTRATANTE trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação. Entende-se como uniforme completo o conjunto de calça comprida, camisa ou jaleco e calçados adequados ao desempenho de cada tarefa, além de fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) exigidos conforme a natureza dos serviços, e arcar com os custos destes, observando todas as normas de segurança vigentes;

7.10.9. Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, com a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC), que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;

7.10.10. Refazer, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE e a critério desta, os serviços porventura inadequadamente executados;

7.10.11. Emitir declaração expressa de garantia dos serviços prestados, inclusive de responsabilidade plena por quaisquer danos materiais ou ambientais em decorrência de ineficiência comprovada do tratamento do esgoto a partir da data de assinatura do CONTRATO;

7.10.12. A CONTRATADA deverá executar os serviços necessários, obedecendo aos critérios de qualidade e padrões técnicos referenciados na legislação vigente para coleta e disposição de efluentes sanitários, utilizando equipamentos, peças e materiais apropriados, em quantidade compatível com a demanda;

7.11. Apresentar, em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato:

7.11.1. Planos de Manutenção e Operação das Estações de Tratamento de Esgoto de acordo com as obrigações contidas neste Termo de Referência;

7.11.2. Memoriais descritivos, contendo inclusive a planta da situação ou croqui, das Estações de Tratamento de Esgoto;

7.11.3. Laudo de insalubridade;

7.11.4. Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por trabalho específico, do responsável técnico referente aos serviços prestados, objeto deste documento;

7.11.5. Realizar a obtenção, manutenção ou regularização da licença de operação junto aos órgãos competentes.

7.12. A CONTRATADA deverá, ainda, obedecer:

7.12.1. À legislação ambiental vigente, assim como, respeitar todas as normas que tratam do assunto;

7.12.2. Às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

7.12.3. Às disposições legais federais, estaduais e municipais;

7.12.4. Aos regulamentos da concessionária de água e esgoto;

7.12.5. Às normas técnicas e portarias específicas que se apliquem ao objeto deste termo, quando houver;

7.12.6. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial às seguintes:

7.12.7. NR 06 - Equipamento de Proteção Individual- EPI;

7.12.8. NR 15 - Atividades e operações insalubres;

7.12.9. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da Construção;

7.12.10. A não citação de norma ou legislação vigente não exime a CONTRATADA do seu cumprimento.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

7.13. Todos os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser orientados e supervisionados pelo responsável técnico da empresa CONTRATADA, que responderá por qualquer questão de ordem técnica. O perfeito funcionamento das E.T.E.'s será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.14. Condições de execução, procedimento de fiscalização, aceitação e recebimento do objeto:

7.14.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, mediante atesto, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pela FISCALIZAÇÃO imediatamente após a conclusão dos serviços e solicitação da CONTRATADA. Após a inspeção, através de comunicação oficial da FISCALIZAÇÃO, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, respeitado o limite máximo de 03 (três) dias para execução das mesmas;

7.14.2. Uma vez decorrido o período de até **05 (cinco) dias corridos**, do recebimento provisório e desde que todas as condições de desempenho do sistema estejam satisfatórias, dentro dos parâmetros assumidos, o serviço poderá ser recebido **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade;

7.14.3. Após o recebimento provisório, se for identificada qualquer falha na execução cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após executadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo;

7.14.4. Os serviços serão rejeitados quando em desacordo com o estabelecido no edital do Pregão e seus anexos, Proposta e Contrato, ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade do adjudicatário pela solidez e qualidade, devendo providenciar reparos ou substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para o CONTRATANTE. Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados e habilitados a manter os equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sob a supervisão direta da CONTRATANTE;

7.14.5. Os serviços serão executados no horário e nos dias normais de expediente da CONTRATANTE. A eventual execução fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço baseado nos acréscimos relativos aos prêmios de horas extras;

7.14.6. Os técnicos da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços portando documento de identificação;

7.14.7. A execução das atividades decorrentes do presente Termo de Referência será fiscalizada para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual e de tudo dará ciência à empresa CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o contrato, de acordo com o estabelecido na Lei 14.133/2021;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

7.14.8. A relação de testes exigidos pelas normas vigentes, testes de rotina, etc. estão inclusos no preço e serão realizados na presença de técnico designado pela CONTRATANTE;

7.14.9. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades devido a vício/defeitos na realização dos serviços executados, defeitos de fabricação de materiais aplicados, garantia dos serviços, ou ainda, no quantitativo de insumos utilizados;

7.14.10. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até **02 (dois)** dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual;

7.15. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Instrumento, os fatos fora de seu controle, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, a execução do objeto contratado;

7.16. Da execução e da garantia dos serviços:

7.16.1. A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção da qualidade, garantia e desempenho dos serviços realizados e materiais empregados, por no mínimo **90 (noventa)** dias após a prestação dos serviços;

7.16.2. Caso o CONTRATANTE por seus agentes usuários ou através de sua fiscalização, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, constata vícios de execução, má qualidade ou não atendimento às normas vigentes, seja dos serviços, seja dos materiais aplicados, a CONTRATADA deverá refazer o serviço e/ou substituir os materiais inadequados, em até **03 (três) dias úteis**, a contar da notificação pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE;

7.16.3. Na eventualidade de ocorrência de problema nos equipamentos ou sistemas com garantia do fabricante e/ou fornecedor, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE, preferencialmente, via correio eletrônico (e-mail). Na impossibilidade do envio de e-mail, a comunicação poderá ser via telefone com a formalização, via e-mail, posteriormente quando possível;

7.16.4. Após a comunicação, o CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA documentos tais como cópias de notas fiscais, para que esta execute, às suas expensas, transporte e todos os serviços (desinstalações, instalações, acompanhamento dos serviços na assistência técnica autorizada, etc.) necessários para que os mesmos voltem ao perfeito funcionamento;

7.16.5. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este item e disto resulte a perda da garantia oferecida pelo fabricante e/ou fornecedor, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus adicionais a que atualmente estiver sujeito o fabricante e/ou fornecedor do equipamento;

7.16.6. Durante o prazo de garantia das instalações, equipamentos ou sistemas, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante;

7.16.7. O fato de técnicos do CONTRATANTE inspecionarem, fiscalizarem e receberem os serviços executados pela CONTRATADA não elimina, nem atenua as responsabilidades e garantias dos serviços, principalmente por vícios indiretos ou não visíveis;

7.16.8. Os serviços por meio de mão de obra exclusiva ou residente serão executados por operador de estação de tratamento de água e efluentes, código 8623-05 na Classificação



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

Brasileira de Ocupações (CBO). Deverá ser observado na composição de custos da contratada, o piso salarial para o referido cargo e demais benefícios, conforme Convenção Coletiva da categoria;

7.16.9. No tocante aos equipamentos das E.T.E.'s, a garantia deverá ser de **12 (doze) meses** para equipamentos contra defeitos de fabricação, instalação, montagem ou operação se decorrente de falha no treinamento operacional dos operadores do sistema, a partir da data do recebimento definitivo. A CONTRATADA não poderá dividir responsabilidades a qualquer outra empresa devendo, a mesma, assegurar a garantia integral;

7.16.10. A garantia prestada deverá englobar todos e quaisquer defeitos provenientes de erros ou omissões da CONTRATADA, em especial, decorrente de matéria-prima, de fabricação, de montagem, de coordenação técnica e administrativa, bem como deslocamentos, peças, fretes e todas as demais despesas;

7.16.11. Durante todo o período de garantia dos serviços o atendimento deverá ser ON SITE (no local onde o equipamento encontra-se instalado), atendendo aos chamados para correção de problemas em no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, incluindo os sábados, domingos e/ou feriados, bem como, nos dias úteis dentro e fora do horário comercial. Não sendo possível o reparo no local, as despesas de desinstalação, remoção, transporte e reinstalação, serão de responsabilidade da CONTRATADA;

7.16.12. Durante a vigência da garantia dos serviços nenhuma despesa será cobrada a título de manutenção dos equipamentos, sejam elas referente a peças, deslocamentos, viagens, hospedagem ou de mão-de-obra, exceto daquelas decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia dos usuários da CONTRATANTE, devidamente identificadas em Relatórios Técnicos emitidos pela CONTRATADA e/ou empresa responsável pela Assistência Técnica Autorizada. Esses relatórios deverão ter o ciente e a concordância por parte da CONTRATANTE;

7.17. Como critério de sustentabilidade ambiental as empresas deverão se atentar em:

7.17.1. Que os produtos e materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

7.17.2. Que os produtos e materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

7.17.3. Que os produtos e materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

7.17.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

7.17.5. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que os produtos e materiais fornecidos cumprem com as exigências do edital.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do (ORÇÃO), consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

- **25915.10.302.0123.2621.0007, Elemento de Despesa 339030; Fonte: 0.160000000000;** da Gestão e manutenção das ações da Atenção Primária à Saúde;
- **25916.10.302.0123.2621.0008, Elemento de Despesa 339030; Fonte: 0.160000000000;** da Gestão e manutenção das ações da Atenção Primária à Saúde.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Após a homologação do objeto do certame e até a data da contratação, o licitante vencedor deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 98, da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada a prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.1.1. Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato ou por, 90 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

9.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos contidos na legislação que rege a matéria.

9.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.11. No caso de alteração do valor do contrato, e/ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada e/ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

9.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

9.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme previsto especificamente no Termo de Referência.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

10.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.5. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de até **24(Vinte e Quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.24. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no q u e s e t r a t a de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

10.26. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

10.27. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.28. Efetuar levantamento minucioso das condições locais;

10.29. Fornecer manual de manutenção e catálogos dos equipamentos instalados;

10.30. Fornecer certificados de garantia dos equipamentos e da instalação;

10.31. Não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta contratação;

10.32. Equipamentos de Proteção Individual: serão de uso obrigatório os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletivo (EPC) para todos os trabalhadores, conforme o serviço a ser executado e os riscos correspondentes, obedecendo às orientações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

11.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

11.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

11.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

11.14. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.15. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculados à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.17. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 14.133/2021 e suas alterações;

11.18. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA em suas dependências, colaborando para a tomada de medidas necessárias à prestação dos serviços, exigindo sempre a carteira de identidade funcional ou crachá e uniforme completo. Entende-se como uniforme completo o conjunto de calça comprida, camisa ou jaleco, calçados e EPI's adequados;

11.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.20. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.21. Notificar à CONTRATADA quando observadas quaisquer irregularidades na execução dos serviços, inclusive aquelas previstas em normas estabelecidas por órgãos competentes



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

(IBAMA/CONAMA/COEMA/SEMACE/SEUMA);

11.22. Exigir da CONTRATADA solução, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, para qualquer descumprimento do contrato, ou outra irregularidade encontrada que prejudique a prestação dos serviços;

11.23. Rejeitar materiais e serviços que não atendam aos padrões de qualidade exigidos para o perfeito funcionamento das E.T.E.'s;

11.24. Emitir atesto mensal dos serviços prestados e verificar os demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

11.25. Disponibilizar os documentos necessários à efetivação ou renovação da licença de operação junto aos órgãos competentes;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e 1 (um) gestor do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, conforme quadro abaixo discriminado:

GESTOR				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				
FISCAL				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				

12.2. Ao fiscal (is) e ao gestor (es) competirão, além do previsto no Anexo I do Edital correlato, às seguintes atribuições conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa de:

14.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

14.2.4.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto 15.604, de 28 de março de 2023.

14.2.4.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.2.4.1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.2.4.1.4. Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

14.2.4.2. 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

14.2.4.2.1. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.2.4.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.4.3. 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

14.2.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

14.2.4.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.2.4.3.3. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.4.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.4.3.5 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.2.4.3.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2.4.4. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 (da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

17.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

17.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

17.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

20.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)
CONTRATANTE

(nome do representante)
CONTRATADO(A)



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

Testemunhas: (nome da testemunha1) RG: CPF:	(nome da testemunha 2) RG: CPF:
--	---------------------------------------

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

**ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA
DE CONSÓRCIO**

O Município de Fortaleza vem, por meio desta, apresentar justificativa acerca da não participação de Empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio no presente procedimento licitatório.

Acerca dos Consórcios, este Município informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, e isto traria riscos para a contratação, porque tal empresa poderá, de repente, ter os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas, com graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município.

Outro aspecto importante na vedação de participação de empresas em regime de consórcio é quanto à expertise técnica, na comprovação de fornecimento de objetos semelhantes aos licitados. A comprovação da qualificação técnica tem como finalidade gerar para a administração a presunção de que se a licitante já executou com sucesso objeto similar tem condições para assim fazê-lo novamente. Essa presunção se forma com base na experiência obtida pela licitante com o exercício dessas atividades pretéritas. A qualificação técnica de determinada empresa não é algo que possa ser emprestado para outra pessoa jurídica, justamente por haver nela um caráter *intuitu personae*, e como tal, resta claro que pertencer ao consórcio não legitima a equivalência entre a experiência dessas empresas. Portanto, permitir que uma empresa, utilize a expertise de outra para adjudicar para si o objeto da presente licitação não é razoável, visto que embora pertencentes ao consórcio, é certo que estas empresas não atuaram de forma conjunta na obtenção desses atestados.

(documento assinado digitalmente)

Riane Maria Barbosa De Azevedo
Secretária Municipal Da Saúde De Fortaleza

**ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICABILIDADE DA COTA RESERVADA PARA ME e EPP**

Trata-se da avaliação quanto à aplicabilidade do Decreto Municipal 13.735, de 18 de janeiro de 2016, referente à destinação de até 25% em COTA RESERVADA para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, no que tange ao Processo Administrativo nº **P204471/2025**, cujo objeto é **A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE UNIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODO O MATERIAL NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a cota de até 25% para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte tem sua obrigatoriedade nas licitações para a aquisição de **BENS E SERVIÇOS DE NATUREZA DIVISÍVEL**, nos termos do Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016:

Art. 35. Nas licitações para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível, a Administração Pública Municipal deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

Insta também observar que essa regra poderá ser justificadamente excepcionada nas hipóteses do artigo 36 do referido diploma legal:

Art. 36. O disposto nessa Seção não se aplica quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no Município de Fortaleza capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado e à economia de escala.

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no art. 47. [grifo nosso]

No presente caso, o objeto em questão trata de bens de natureza divisível, no entanto o o



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

grupo 1 e item 03, embora se apresente com valor superior a **80.000,00 (oitenta mil reais)** e em razão das características do objeto e de outras peculiaridades técnicas, a serviços de operação e manutenção das estações de tratamento de esgoto de unidades da rede da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS**, com o fornecimento de mão de obra e todo o material necessário ao cumprimento do contrato, visando garantir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a presente licitação não destinará a cota reservada.

Vale ressaltar que se mantêm os demais benefícios instituídos na LC nº 123/2006, LC nº 147/14 e Lei Municipal nº 10.350/2015.

(documento assinado digitalmente)

Riane Maria Barbosa De Azevedo
Secretária Municipal Da Saúde De Fortaleza



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO VI – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /20__

<u>Nº</u> <u>CONTRATO</u>	<u>CONTRATADA</u>	<u>CNPJ</u>		
<u>OBJETO DO CONTRATO:</u>				
<u>ESCOPO DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u> Descrição do objeto, conforme descrito abaixo:				
Item	Produto	Qtd	Vr Unitário	Vr Total R\$
			R\$	
1				
TOTAL				R\$
<u>LOCAL DE ENTREGA:</u>				
<u>VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u>				
<u>VALOR GLOBAL DO CONTRATO:</u> R\$				
<u>PRAZO DE ENTREGA:</u> até 10 (Dez) dias úteis, contado da data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.				

Pela presente ORDEM DE FORNECIMENTO fica a empresa, autorizada a fornecer os itens objeto do contrato nº /20__, processo nº **P204471/2025** discriminado nesta OS.

Fortaleza, de de 20__.

Matrícula nº

Diretor/Coordenador Administrativo-Financeiro

ÓRGÃO / ENTIDADE

EMPRESA

CONTRATADO (A)



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(NOME DA LICITANTE), declara para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratada observará e fará observar pelos fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e data

Licitante



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE VISITA/VISTORIA TÉCNICA

Pregão ELETRÔNICO nº ____/2026

(nome/ razão social) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede à _____, na cidade de _____, Estado de _____, por intermédio de seu responsável o Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA que visitou as instalações do _____, localizado na _____, Fortaleza/CE, para fim de comprovação que tem conhecimento por completo das condições e especificações referente ao Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº ____/2026.

Fortaleza, ____ de _____ de 2026.

Nome e carimbo do representante legal

(Emitir em papel timbrado da organização social)



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA

Pregão ELETRÔNICO nº ____/2026

(nome/ razão social) _____, inscrita no CNPJ sob o n._____, com sede à _____, na cidade de _____, Estado de _____, por intermédio de seu responsável o Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins, que declina/abstém-se de visitar as instalações do _____, localizado na _____, Fortaleza/CE e que possui todas as informações relativas à sua execução. DECLARA, ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes que poderiam ser conhecidos à época da vistoria para solicitar qualquer alteração na vigência e no valor estimado do contrato a ser celebrado, caso seja a licitante vencedora.

Fortaleza, _____, de _____ de 2026.

Nome e carimbo do representante legal

(Emitir em papel timbrado da organização social)



EDITAL Nº 10804 | PROCESSO ADM. Nº P204471/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026 | UASG: 927744

**ANEXO X – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE
REFERÊNCIA**

8. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

GRUPO 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA		
ITEM	CÓDIGO CATSEC	ESPECIFICAÇÃO
1	19160	DESCRIÇÃO: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA MESSEJANA - HDGMM.
2	19160	DESCRIÇÃO: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA HOSPITAL DISTRITAL EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA - HDEBO
ITEM 03 – AMPLA CONCORRÊNCIA		
ITEM	CÓDIGO CATSEC	ESPECIFICAÇÃO
3	19160	DESCRIÇÃO: SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número MYMHS8M1

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5328539 e código MYMHS8M1

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR: